



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL

3º ANO DIURNO – *Contratos Especiais*

COMISSÃO E CONTRATO ESTIMATÓRIO (24/04)

[Orientação: resolva, ao menos, três itens de cada caso]

CASO 01

Jorge, editor de livros, quer comercializar as obras que sobraram da sua editora, que encerrou suas atividades há alguns meses. Conversa, então, com Manuel, livreiro, que tem boa clientela e poderia ter interesse em adquirir os livros. No entanto, como o catálogo de Jorge não era tão interessante quanto esperava, ambos estabelecem, em instrumento contratual privado intitulado *Compra e venda*, as seguintes cláusulas: a) Jorge se compromete a expedir as mercadorias dentro de determinado prazo; b) Manuel poderá vender os livros livremente, mas deve prestar a Jorge o valor mínimo de R\$ 200,00 por obra vendida; c) caso não logre êxito na venda, Manuel se reserva o direito de restituir as mercadorias dentro de determinado prazo. Considere, então, as seguintes situações.

- a) Jorge nega-se a expedir as mercadorias, por ter conseguido um contrato melhor com um terceiro. Manuel tem pretensão para que Jorge forneça as mercadorias?
- b) Manuel recebe as mercadorias e inicia a comercialização em sua loja. Marcelo, porém, credor de Manuel, ao verificar que chegaram produtos de valor na loja, resolve, na execução que move contra Manuel, pedir a penhora desses novos livros. Caso a penhora seja realizada, Manuel poderia ser opor a ela? O que Jorge poderia alegar em *embargos de terceiro*?
- c) Jorge, precisando de realizar contrato de mútuo com instituição bancária, oferece, em penhor, os livros que Jorge expedirá a Manuel. O contrato foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Caso a dívida não seja paga, pode a instituição bancária executar o penhor que recai sobre os livros de Manuel (ou eventuais terceiros, que lhe tenham adquirido a propriedade)?
- d) Manuel vende uma das obras da coleção de Jorge a Rafaela por valor altíssimo, pois a obra era autografada por autor que sofrera morte trágica há poucos dias. Manuel sabia que o livro era autografado, mas a morte se deu após a expedição do livro. É possível que Manuel reivindique o livro de Rafaela, argumentando que Jorge, por não ser proprietário e não ter procuração outorgada, não poderia lhe ter transferido a propriedade da obra?
- e) Jorge expede os livros a Manuel, que os armazena em sua loja. Uma chuva descomunal rompe o portão de ferro que isolava a loja, fazendo com que todo o seu acervo, inclusive as obras expedidas por Jorge, sofressem grave avaria. É possível que Manuel peça abatimento do valor a ser pago ou restitua as obras no estado em que se encontram?

CASO 02

Antônio, produtor rural de café, deseja exportar seu produto. Todavia, não conhece nenhum comprador internacional. Procura, então, Bruno, cujo ramo de comércio é justamente o de intermediar tais tipos de negociação. Fica avençado entre ambos que Antônio remeterá as sacas de café em determinada data a Bruno que, por sua vez, poderá aliená-las ao comprador que estiver interessado, sendo remunerado em 20% do valor total da venda. Pactua-se, ainda, a proibição de concessão de crédito e a cláusula *del credere*. Considere, então, as seguintes situações:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL

3º ANO DIURNO – *Contratos Especiais*

- a) Antônio nega-se a expedir as mercadorias, afirmando ter conseguido um contrato melhor diretamente com um terceiro. Bruno tem pretensão para que Jorge entregue as mercadorias?
- b) O comprador estrangeiro descobre que Bruno, que se apresentou a ele como titular das mercadorias, na verdade não o é. É preciso (ou possível) que o comprador estrangeiro exija a apresentação de procuração, outorgada por Antônio, para que a transmissão da propriedade se perfeça?
- c) Realizado o contrato, Bruno entregou as mercadorias antes que o comprador estrangeiro as pagasse. Este, todavia, declarou falência logo após o recebimento das mercadorias. É possível que Antônio responsabilize Bruno? Haverá modificação na remuneração de Bruno?
- d) Suponha que as vendas entre Bruno e este comprador estrangeiro acabem por se regularizar, tendo por objeto os produtos de Antônio. É possível que Antônio exija judicialmente que Bruno lhe revele que é o comprador estrangeiro?
- e) Caso um dos lotes do café vendido por Bruno ao comprador estrangeiro tenha algum tipo de vício, quem deve o comprador estrangeiro acionar: Bruno ou Antônio?
- f) Imagine que Bruno descubra que o comprador estrangeiro seja também vendedor de modelos antigos de automóveis. Bruno também sabe que Antônio está interessado em um modelo que o comprador estrangeiro tem disponível em sua empresa. Antônio autoriza a que Bruno realize a compra, adiantando-lhe o valor. Caso Bruno, após receber o automóvel, entre em falência, terá Antônio ação reivindicatória para reavê-lo e separá-lo do restante da massa falida?